



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado da Casa Civil

Gabinete do Secretário

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR SUA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL (SETD) E A SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL (SECC), COM A PARTICIPAÇÃO DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PRODERJ), COMO INTERVENIENTE ANUENTE, PARA VIABILIZAR O DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÕES NECESSÁRIAS PARA O PROGRAMA POUPA TEMPO RJ.

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por sua SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, doravante denominada SETD, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.046.958/0001-91, com sede na Rua da Conceição, nº 69, 25º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-004, neste ato representada por seu Secretário, JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR, portador da carteira de identidade nº 20416347-1, expedida pelo DIC-RJ, CPF nº 021.755.857-78, e a SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL doravante denominada SECC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.161.283/0001-41, com sede na Rua Pinheiro Machado, s/nº, Palácio Guanabara, Laranjeiras, Rio de Janeiro, neste ato representada por seu Secretário, NICOLA MOREIRA MICCIONE, portador da carteira de identidade nº 227.247, expedida pela OAB-RJ, CPF nº 746.011.483-91, com a participação como interveniente anuente do CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, autarquia estadual doravante denominada PRODERJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.121.578/0001-67 e com sede na Rua da Conceição, nº 69, 24º e 25º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20071-004, neste ato representada por seu Presidente, FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, portador da cédula de identidade nº 5221234, expedida pela Marinha do Brasil, inscrito no CPF/MF sob o nº 000.803.557-14, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (ACT) PARA AUMENTAR A EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR INTERMÉDIO DA DESBUROCRATIZAÇÃO, DA INOVAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, VIABILIZANDO A APROXIMAÇÃO ENTRE O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O CIDADÃO, POR MEIO DE NOVAS TECNOLOGIAS E DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM AMBIENTE DIGITAL DE ATENDIMENTO SIMPLIFICADO ENTRE A SETD E A SECC COM INTERVENIÊNCIA DO PRODERJ** – instrumento doravante denominado Acordo de Cooperação Técnica – que será regido de forma incondicional e irrestrita pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e demais legislações específicas aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no que couber, bem como, pelo Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, conforme as Legislações específicas aplicáveis, respeitadas integralmente as condições ajustadas no Contrato SECC nº 010/2023 (SEI-150001/022331/2022) seus respectivos Termos Aditivos, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

CONSIDERANDO

- o Decreto Estadual nº 48.151/2022, que promove a transformação da Secretaria de Estado de Justiça (SEJUS) em Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD) e modifica a vinculação do Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (PRODERJ);
- o Decreto Estadual nº 48.378/2023, o qual cria a estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD);
- o Decreto Estadual nº 48.671/2023, que instituiu o Portal Único RJ Digital e as regras para a unificação dos Canais Digitais do ERJ, visando aumentar a eficiência da administração pública por intermédio da desburocratização, da inovação e da transformação digital, viabilizando a aproximação entre o Estado e o usuário, por meio da introdução de novas tecnologias e da implementação de um ambiente digital de atendimento simplificado e eficaz;
- o Decreto Estadual nº 48.672/2023 regulamenta a Lei Estadual nº 9.128/2020, que estabelece as diretrizes a serem seguidas pelo Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de implementar a Transformação Digital dos Serviços Públicos;
- que Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD) tem por finalidade apoiar órgãos da administração estadual para acompanhamento de novas tecnologias que propiciem a eficiência e desenvolvimento da transformação digital, a fim de viabilizar melhorias no planejamento e gestão da transformação digital, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- que o Poupa Tempo RJ é um programa do governo do estado do Rio de Janeiro que oferece diversos serviços públicos de forma rápida e eficiente; e
- que o Poupa Tempo RJ é regido por princípios básicos, tais como:
 - a. atendimento impessoal e sem privilégios;
 - b. ampliação do acesso do cidadão e do empresário às informações e aos serviços públicos em geral;
 - c. qualidade de atendimento, com economia de tempo e esforço, ao cidadão e ao empresário;
 - d. restauração do caráter eminentemente público dos serviços de atendimento ao cidadão e ao empresário;
 - e. transparência na gestão pública;
 - f. aproximação do Estado, como ente a serviço de todos, do cidadão e do empresário;
 - g. implementação da melhoria contínua do atendimento, desburocratizando-o e simplificando-o sempre que possível, com atenta observância aos princípios legais e à legislação vigente;
 - h. que o Poupa Tempo RJ é um programa que concentra diversos serviços públicos em um único local para facilitar o atendimento aos cidadãos. Ele visa economizar tempo e proporcionar conveniência ao reunir diferentes serviços, como emissão de documentos, consultas e agendamentos, em um mesmo espaço físico;
 - i. que o Poupa Tempo RJ e a promoção do Governo Digital são iniciativas que buscam facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos por meio da utilização de tecnologias;
 - j. o programa Poupa Tempo RJ ser vinculado a essa SECC, e por ser uma referência no Estado do Rio de Janeiro para acesso aos serviços públicos, a parceria com a SETD contribuirá significativamente para a melhoria dos serviços na implementação da transformação digital desses serviços, uma vez que os objetivos desta Secretaria de Estado e do referido programa se complementam no sentido de modernização e digitalização dos serviços públicos; e
 - l. o aprimoramento dos serviços públicos com o atendimento digital no Estado do Rio de Janeiro.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica é firmado visando atender o objeto abaixo:

- (i) viabilizar o desenvolvimento de soluções inteligentes e inovadoras para problemas e desafios tecnológicos enfrentados para a melhoria do atendimento ao cidadão fluminense;
- (ii) realizar ações integradas de interesse recíproco entre as partes signatárias;
- (iii) estabelecer meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas entre a SETD, SECC e PRODERJ, visando complementar as ações desenvolvidas e trocar experiências;
- (iv) hospedar dados, sistemas, sites, armazenar arquivos, portais, aplicativos e projetos da SETD para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ, com foco na melhoria do atendimento do ao cidadão fluminense, garantindo a proteção das informações conforme os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- (v) realizar as integrações necessárias com o Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ;

(vi) acoplar novas soluções ao Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ; e

(vii) ampliar a disponibilização dos serviços públicos em prol de toda a população do Estado do Rio de Janeiro.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETIVO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem como principal objetivo promover a integração e o aprimoramento dos serviços públicos, mediante o compartilhamento de conhecimentos e a busca constante pela qualificação. A intenção é elevar a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, garantindo ao mesmo tempo a utilização eficiente dos recursos públicos.

O Acordo visa à integração do Portal Único do Estado do Rio de Janeiro, buscando a otimização e centralização das informações. Essa abordagem tem como propósito a melhoria da prestação dos serviços públicos ao cidadão fluminense, contribuindo para o desenvolvimento institucional e da gestão pública.

A cooperação estabelecida permitirá a implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo, bem como atividades complementares de interesses comuns. Destaca-se ainda o foco na melhoria e modernização do programa Poupa Tempo RJ, visando o contínuo desenvolvimento e aprimoramento da gestão pública.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo será regido de forma incondicional e irrestrita pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e demais legislações específicas aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no que couber, bem como, pelo Decreto Estadual nº 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o Título XI do Código de Administração Financeira de Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, conforme as Legislações específicas aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Lei Federal nº 13.709/2018 e, também respeitar integralmente os termos ajustados no Contrato SECC nº 010/2023 (SEI-150001/022331/2022) e seus respectivos Termos Aditivos, durante sua vigência e eventuais prorrogações.

4. CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

Vislumbrando a execução deste Acordo de Cooperação Técnica, os PARTÍCIPES observarão as obrigações a seguir:

4.1 - Compete à Secretaria de Estado de Transformação Digital - SETD:

- I) Permitir a integração eletrônica dos sistemas de informação do governo estadual;
- II) Propor e possibilitar a integração de soluções ao Portal Único de Serviços e ao acompanhamento das solicitações do cidadão fluminense;
- III) Propor a criação de estratégias para a melhoria e aperfeiçoamento da experiência do cidadão fluminense, sob orientação técnica do PRODERJ; e
- IV) Propor à SECC, aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, em âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, aos prestadores de serviços da iniciativa privada relacionados direta ou indiretamente, medidas para a melhoria, digitalização e acompanhamento da prestação de serviços públicos.

4.2 - Compete à Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC:

- I) Disponibilizar e propor a oferta de serviços públicos pelo Programa Poupa Tempo RJ;
- II) Integrar a SETD com os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, em âmbito federal, estadual ou municipal, bem como com prestadores de serviços da iniciativa privada, relacionados direta ou indiretamente para em conjunto sugerirem a melhoria, digitalização e acompanhamento da prestação de serviços públicos;
- III) Proporcionar a integração eletrônica dos sistemas ao Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro;
- IV) Apoiar as ações para a melhoria, o aprimoramento e a difusão do conhecimento do projeto de Transformação Digital do Estado do Rio de Janeiro; e
- V) Apoiar a SETD e o PRODERJ quanto a melhorias, disponibilização e acompanhamento dos serviços ofertados pelo Programa Poupa Tempo RJ no Portal Único RJ.

4.3 - Compete ao Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ:

- I) Viabilizar a oferta de serviços públicos propostos pelo Programa Poupa Tempo RJ e pela SETD e SECC;
- II) Integrar os sistemas ao Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro à luz da orientação oriunda da SETD e SECC;
- III) Viabilizar melhorias, disponibilidade e acompanhamento dos serviços oferecidos pelo Programa Poupa Tempo RJ no Portal Único RJ; e
- IV) Apoiar, no que for necessário, a SETD e SECC no aprimoramento dos serviços oferecidos pelo Programa Poupa Tempo RJ.

CLÁUSULA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E CONFIDENCIALIDADE

As partes envolvidas obrigam-se por si e por seus prepostos, empregados e/ou colaboradores a manterem a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em consequência do presente Acordo de Cooperação Técnica, tais como, informações técnicas e operacionais, tecnologia, *know how*, material impresso, documentos e informações referentes às atividades ora pactuadas, com responsabilidades impostas nos Acordos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e outras legislações correlatas.

O tratamento de dados pessoais deve ser realizado em estrita consonância com os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei Federal nº 13.709/2018 - e do Anexo II, que é parte integrante do presente Termo.

Os dados pessoais devem ser tratados na persecução do interesse público, de acordo com o previamente delineado na CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO e em observância à finalidade específica.

É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros estranhos a este Acordo, sem a prévia anuência dos partícipes.

Os partícipes deverão adotar mecanismos de segurança, técnicos e administrativos aptos a proteger os dados pessoais envolvidos, de modo a inibir riscos e danos aos titulares dos dados, assim como prevenir o ambiente contra acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Acordo de Cooperação Técnica terá prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da data de publicação do extrato do instrumento no DOERJ, podendo ser prorrogado por termo aditivo dentro do prazo de vigência, mediante pedido acompanhado de justificativa e aceitação mútua.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MODIFICAÇÃO

Este instrumento somente poderá ser modificado por mútuo acordo dos PARTÍCIPES, mediante a celebração de Termo Aditivo, exceto no tocante à modificação de seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Os PARTÍCIPES poderão denunciar este Acordo de Cooperação Técnica, a qualquer tempo, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindi-lo pela inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo de Cooperação Técnica não implicará no repasse de recursos financeiros entre os pactuantes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

Ficam os PARTÍCIPES responsáveis por exercer a fiscalização da execução do objeto deste Acordo de Cooperação Técnica, por seus representantes indicados por ato da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica deverá ser publicado, em extrato, no prazo de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o que deverá ser providenciado pela SETD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes sobre a execução do ajuste serão dirimidos mediante comum ACORDO entre os PARTÍCIPES, podendo ser firmados, se necessários, Termos Aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seus anexos, o presente Acordo de Cooperação Técnica é assinado eletronicamente pelas partes.

ANEXO I PLANO DE TRABALHO

1. OBJETO GERAL

1.1 Este Plano de Trabalho tem por objetivo referendar o Acordo de Cooperação Técnica, por meio de ações integradas para aumentar a eficiência da administração pública por intermédio da desburocratização, da inovação e da transformação digital, viabilizando a aproximação entre o estado do Rio de Janeiro e o cidadão, por meio de novas tecnologias e da implementação de um ambiente digital de atendimento simplificado entre a entre a SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, doravante denominada SETD, a SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL doravante denominada SECC, com a interveniência do CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Autarquia Estadual doravante denominada PRODERJ.

2. METAS A SEREM ATINGIDAS

- 2.1 Viabilizar o desenvolvimento de soluções inteligentes e inovadoras para problemas e desafios tecnológicos enfrentados para a melhoria do atendimento ao cidadão fluminense;
- 2.2 Realizar ações integradas de interesse recíproco entre as partes signatárias;
- 2.3 Estabelecer meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas entre a SETD, SECC e PRODERJ, visando complementar as ações desenvolvidas e trocar experiências;
- 2.4 Hospedar dados, sistemas, sites, armazenar arquivos, portais, aplicativos e projetos da SETD para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ, com foco na melhoria do atendimento do ao cidadão fluminense, garantindo a proteção das informações conforme os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 2.5 Realizar as integrações necessárias com o Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ;
- 2.6 Acoplar novas soluções ao Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ; e
- 2.7 Ampliar a disponibilização dos serviços públicos em prol de toda a população do Estado do Rio de Janeiro.

3. ETAPAS OU FASES DA EXECUÇÃO

ETAPA/FASE	DESCRIÇÃO	META QUALITATIVA	META QUANTITATIVA	INÍCIO	MEIO	FIM
Aprovação	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de Cooperação Técnica assinado		MAR/2024	MAR/2024	MAR/2024
Desenvolvimento	Desenvolvimento de soluções para atendimento ao Programa do Poupa Tempo RJ	Solução tecnológica disponível a fim de ofertar ao cidadão os serviços prestados pelo Poupa Tempo RJ por meio do Portal Único RJ Digital		MAR/2024	MAR/2024	MAR/2024

100% dos serviços

Integrações	Desenvolvimento de integrações para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ	Serviços do Poupa Tempo RJ ofertados de modo integrado ao Portal Único RJ Digital	ofertados pelo Poupa Tempo RJ integrados ao Portal Único RJ Digital	MAR/2024	MAR/2024	MAR/2024
Infraestrutura	Disponibilizar infraestrutura para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ	Login único do Portal RJ Digital integrado à plataforma do Poupa Tempo RJ		MAR/2024	MAR/2024	MAR/2024
Intercâmbio	Intercâmbio de tecnologias e inovação, conhecimento e base de dados para atendimento ao Programa Poupa Tempo RJ	Disponibilidade das informações dos serviços do Poupa Tempo RJ na área logada do Portal RJ Digital (Meu RJ)		MAR/2024	MAR/2024	MAR/2024
Gestão Pública	Desenvolvimento e modernização da gestão pública	Aumento da inclusão e acessibilidade na oferta de serviços públicos		MAR/2024	JUL/2025	DEZ/2026
Análise	Análise de resultados	Metas qualitativas concluídas	100% do Plano de Trabalho executado	MAR/2024	JUL/2025	DEZ/2026

ANEXO II

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

1. OBJETIVO GERAL

1.1 O presente Anexo tem por objetivo referendar o Acordo de Cooperação Técnica no tocante aos elementos essenciais do tratamento de dados pessoais, cujas operações serão executadas com escopo de promover a desburocratização, da inovação e da transformação digital, viabilizando a aproximação entre o estado do Rio de Janeiro e o cidadão, por meio de novas tecnologias e da implementação de um ambiente digital de atendimento simplificado entre a entre a **SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL**, doravante denominada **SETD**, a **SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**, doravante denominada **SECC**, com a interveniência do **CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, Autarquia Estadual, doravante denominada **PRODERJ**, em consonância com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e com o Decreto Estadual nº 48.891, de 10 de janeiro de 2024.

2. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

2.1 Especificação dos dados pessoais

Os dados pessoais estritamente necessários para atendimento do presente Acordo sujeitos a operações de tratamento são:

- Nome completo
- CPF
- E-mail

2.2 Finalidade específica do tratamento

A execução do objeto deste Acordo está condicionada ao tratamento de determinados dados pessoais dos usuários para promoção da ampla disponibilização e prestação dos serviços públicos em prol de toda a população fluminense de forma transparente, eficiente e desburocratizada.

Todas as operações de tratamento de dados pessoais devem estar atreladas às finalidades específicas oriundas da **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** deste Acordo, destacadamente:

- Identificar o usuário junto aos sistemas dos órgãos e entidades relacionados à prestação do serviço público específico; e
- Realizar as notificações aos usuários acerca das etapas da prestação do serviço público acessado por meio da Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro, viabilizando a prestação dos serviços públicos por meio do Portal Único de Serviços do Estado do Rio de Janeiro de forma eficiente e desburocratizada.

2.3 Operações de tratamento de dados pessoais

O tratamento de dados pessoais realizado no bojo deste Acordo será materializado por meio das seguintes operações:

- a) compartilhamento de dados obtidos por meio da ferramenta de acesso digital único (login) pela plataforma GOV.BR para identificação do usuário de serviços públicos digitais;
- b) hospedagem dos dados, sistemas e sites inerentes ao objetivo do Acordo;
- c) armazenamento de arquivos, portais, aplicativos e projetos da Secretaria de Estado de Transformação Digital (SETD); e
- d) descarte dos dados pessoais nas hipóteses previstas no Item 2.5 deste Anexo.

2.4 Hipótese legal

O tratamento de dados pessoais descrito nos itens deste Anexo encontra respaldo na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), “[t]ratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos” (art. 11).

As operações descritas no Item 2.3 deste Anexo serão realizadas para atender a finalidade pública, na persecução do interesse público, consoante dispõe o Decreto Estadual nº 48.671, de 05 de setembro 2023:

Art. 6º - O Portal Único RJ Digital, ao disponibilizar os serviços ao usuário, disporá, em observância à Lei Estadual nº 9.128, de 11 de dezembro de 2020, das seguintes funcionalidades:

- I - identificação do serviço público e descrição de suas principais etapas;*
- II - solicitação digital do serviço;*
- III - agendamento digital, quando couber;*
- IV - acompanhamento das solicitações por etapas;*
- V - peticionamento digital;*
- VI - avaliação de satisfação dos usuários em relação aos serviços públicos prestados; e*
- VII - identificação do perfil do usuário, por meio de login único, visando uma experiência personalizada.*

Destaca-se ainda que a legitimidade para realização do tratamento encontra respaldo no disposto no Decreto 48.891/2024:

Art.15 - É vedado aos órgãos e entidades estaduais sujeitos a este Decreto a transferência, o uso compartilhado ou o compartilhamento de dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso para entidades privadas, exceto:

- III - quando houver previsão legal ou a transferência for respaldada, por meio de cláusula específica, em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, cuja celebração deverá ser informada pelo responsável à Autoridade Nacional de Proteção de Dados;*

2.5 Duração do tratamento

O tratamento dos dados pessoais explicitados no Item do presente Anexo II terá a duração atrelada a:

- a) cessação da vigência do Acordo de Cooperação Técnica (cláusula sexta); ou
- b) revogação do consentimento do usuário.

2.6 Transparência e direito dos titulares

As informações claras, precisas e acessíveis aos titulares sobre o tratamento de seus dados pessoais serão veiculadas na página eletrônica do Portal RJ Digital (<https://www.rj.gov.br/>), mediante a disponibilização do Aviso de Privacidade e Aviso de Cookies, em atendimento ao disposto no Decreto Estadual nº 48.891/2024, senão vejamos:

“Art. 10. O titular deve ser informado a respeito da finalidade do tratamento no momento da coleta dos dados pessoais e, nos casos de impossibilidade imediata, tão logo seja possível.

Art. 11. Nos casos de coleta eletrônica de dados pessoais, a transparência será assegurada mediante disponibilização de Aviso de Privacidade" e de Aviso de Cookies" nas plataformas digitais mantidas pelos órgãos ou entidades estaduais submetidas a este Decreto, e deverão ser de fácil visualização e compreensão pelos titulares de dados.

§ 1º A plataforma digital deverá solicitar o consentimento do usuário para a utilização de cookies que importem tratamento de dados pessoais, informando de forma clara e acessível a finalidade específica que legitima tratá-los.

§ 2º A manifestação do consentimento deverá permitir ao usuário ativar a utilização de cookies, parcial ou integralmente, sendo vedada a autorização automática ou opção previamente direcionada à autorização.

§ 3º O site deverá disponibilizar de modo acessível ao usuário a opção de desativação da autorização do uso de cookies a qualquer tempo, parcial ou integralmente.”

3. DOS MECANISMOS DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

3.1 Os partícipes adotarão, em caráter preventivo de incidentes que envolvam dados pessoais (art. 6º, VII, e 46, da LGPD), os mecanismos de segurança, técnicos e administrativos aptos a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, por meio das técnicas abaixo descritas:

- **Criptografia dos dados** – os dados são transmitidos com a utilização de protocolos de segurança HTTPS, com criptografia de validados por certificados (SSL) que são emitidos pelo governo do Rio de Janeiro.
- **Controle de acesso** – todos os acessos são controlados por perfis de acesso, limitando o acesso de cada usuário aos dados estritamente necessários à execução de suas atividades.
- Os acessos realizados pela população serão executados com a utilização da autenticação pela plataforma GOV.BR, assegurando a segurança no tratamento dos dados.
- **Auditoria de atividade** – a solução efetua todo registro de auditoria das movimentações em base de dados, abrangendo as alterações, inserções ou exclusões de dados. Há rastreabilidade integral do usuário, equipamento, datas de atualização e dados alterados.
- **Proteção contra ameaças externas** – a solução aufere capas de segurança (WAF e Fortigate), que verificam toda a entrada e saída de dados, bem como controlam e bloqueiam eventuais ataques de degradação do serviço. Adicionalmente, importante ressaltar que os cidadãos acessam os serviços através do portal do Governo que possui o recurso de *captcha* para controlar acesso.
- **Proteção contra ataques** – a solução promove *backups* diários e configuração para crescimento elástico de infraestrutura, além de um segundo ambiente de *backup* em tempo real, com localização física distinta dos demais para cenários de desastre no ambiente primário.

4. DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES

4.1 Competirá aos partícipes a adoção das medidas de prevenção e segurança veiculadas no Iten 3 deste Anexo, sob pena de incidência do previsto no art. 42 da LGPD.

4.2 Os partícipes deverão comunicar imediatamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente que envolva dados pessoais, contendo, no mínimo:

- a) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) as informações sobre os titulares envolvidos;
- c) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- d) os riscos relacionados ao incidente;
- e) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- f) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

4.3 O Portal RJ Digital deverá disponibilizar um canal de atendimento acessível e simplificado para recebimento das manifestações dos titulares de dados e revogação do consentimento, quando aplicável.

4.4 Os participantes deverão manter o registro das operações de tratamento de dados pessoais, em observância ao disposto no art. 37 da LGPD.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2024

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR
SECRETÁRIO DE ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

NICOLA MOREIRA MICCIONE
SECRETÁRIO DE ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

FLÁVIO SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA
PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Documento assinado eletronicamente por **José Mauro de Farias Junior, Secretário**, em 05/03/2024, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Sebastião Rodrigues da Silva, Presidente**, em 05/03/2024, às 19:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antonio Rodrigues Simoes, Chefe de Gabinete**, em 06/03/2024, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **69619654** e o código CRC **94FDC843**.

Referência: Processo nº SEI-430001/003600/2023

SEI nº 69619654